

O Estudo da Relação entre Operações de Paz e Relações Civis Militares no Brasil.

Aluno: **Rafael Gastão Saliés**

Orientador: **Prof. Kai Michael Kenkel**

Introdução

O estudo da construção de novas normas identitárias nas relações civis militares brasileiras devido a participação das nossas forças armadas em operação de paz é lenta e gradual. Ela lida com a necessidade primária de identificar qual tipo de análise dessas relações queremos fazer. A dificuldade ocorre a partir do momento em que pode-se identificar dois tipos de análises dentro do campo quando se trata de analisar os países latino americanos.

O primeiro autor clássico sobre o tema teve como meta inicial explicar o melhor funcionamento militar de determinados países sobre outros. O protagonista dessa análise seriam os Estados Unidos e o equilíbrio e mútua influência civil militar. A análise é fundamentada na Segunda Guerra Mundial e no pós-guerra imediato concentrando nas variações de predominância civil ou militar do período. Também teve como meta um estudo historiográfico de como o funcionamento estratégico americano funcionava e como ele se aproximou do tipo ideal de relações civis militares para o autor¹.

Essa segunda meta se encaixa em uma visão que procura identificar a maneira de definição das políticas de defesa de um país e os valores que norteiam suas prioridades estratégicas de ação armada². É o tipo de análise que predomina sobre as grandes potências militares-econômicas do mundo ou suas alianças como a OTAN.

¹ HUNTINGTON, Samuel P. **The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil-Military Relations**. Cambridge: The Belknap Press of University of Harvard Press, 2008.

² Como exemplo aplicado moderno ver COHEN, Raphael. **War Games: Civil Military Relations**. c.2030. *World Affairs*, March/April 2010 pp.78/89.

Porém, há outra possibilidade de análise dentro das relações civis militares. Autores que concentram seus estudos na América Latina quando tratam das relações civis militares nesses países o fazem a sobre influência do processo contínuo de democratização. A marca de ditaduras militares e civis em quase todos os países latino americanos faz com que as análises de suas relações civis militares recaiam na procura de sinais de retirada dos militares de papéis civis. Nesse campo podem se inserir análises estrangeiras como a de Samuel Fitch e Alfred Stephan (*The Armed Forces and Democracy in Latin America* e *Rethinking Military Politics: Brasil and the Southern Cone respectivamente*). Pode-se também incluir autores como Jorge Zaverucha e Eliézer Rizzo de Oliveira (*FHC forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia* e *Democracia e Defesa Nacional: A criação do Ministério da Defesa na presidência de FHC* respectivamente), entre muitos outros autores.

Ou seja, quando são elaborados ou adotados pressupostos para a criação de tipos ideais de relações civis militares ou a sua interação prática, a preocupação principal é com a liberdade individual e o funcionamento prático da democracia em construção. Subentende-se que as relações civis militares latino americanas estariam indo ao estágio de possível discussão funcional enquanto estariam ainda no estágio de discussão funcional da vida política interna. É uma análise válida, pois os autores têm como objetivo auxiliar na identificação da herança ditatorial para poder retirá-la do dia-a-dia governamental.

O problema é que essa influência também acaba por diluir a capacidade de serem interlocutores das Forças Armadas hoje ao discutirem a defesa nacional. A MINUSTAH foi um marco, pois deu força ao conhecimento civil na área de segurança, ocorre em meio a existência de um Ministério da Defesa e dá a chance da revisão de conceitos por parte dos militares a cerca dos civis por necessitarem de sua experiência e conhecimento a cerca de direitos humanos e operações de paz quanto ao operarem em meio a uma autonomia cuidadosamente controlada pelas Nações Unidas. O que esse artigo vem mostrar é como se misturam tanto a falta de análise de defesa no país com análises democráticas, como as análises civis de defesa vem se inserindo junto aos militares com um padrão após a MINUSTAH, e

como vem ocorrendo a reificação de velhos interesses militares dentro de um ambiente não tão novo do Ministério da Defesa (coisa que escapa as análises sobre o ministério).

A Influência da Democratização e as distinções

O processo de democratização é mais abrupto dependendo de cada país e a forma de transmissão de poder dos militares para civis. Por exemplo, o Brasil teria se distinguido da Argentina, uma vez que a saída do governo foi uma escolha militar não havendo durante a transmissão um sentimento de derrota pelos militares como houve na Argentina pós - Malvinas. Lá os militares saíram sem apóio e sem força da presidência, não tendo poder moral/político para se opor as novas diretrizes. Logo os generais estavam no banco dos réus e suas prerrogativas adquiridas nos últimos 7 anos foram atacadas, mas a transmissão do poder de uma ditadura para uma efetiva democracia é atacada pelos cara pintadas do exército argentino e suas quarteladas constantes na década de 80³.

No Brasil a transmissão foi feita à sombra do medo do retorno dos militares, o que permitiu guardar a manutenção das prerrogativas militares no governo civil. Alia-se a isso a falta de interesse eleitoral em questões de segurança nacional (e o estigma desse termo no pós - ditadura) foi possibilitado que a constituinte de 88 pouco tocasse nesses assuntos. Um grande exemplo desse medo durante a transição é a crise ocorrida com a morte de Tancredo, quando Ulysses Guimarães declara que "*Segui as instruções dos meus juristas. O meu 'PONTES DE MIRANDA' estava lá tardado e com a espada me cutucando que quem tinha de assumir era o Sarney*"⁴. Referia-se ao General Leonidas Pires Gonçalves. Medo da reação militar é uma constante no Brasil. Entre outros exemplos, temos os desagravos aos ministros da defesa no início do Ministério, críticas televisionadas a política indigista no debate da demarcação de reservas indígenas e mudança em políticas de governo como o Plano Nacional de Direitos Humanos onde houve uma série de críticas públicas por militares ao plano e ao ministro da pasta que o criou.

³ A Argentina por isso é alvo de investigação por Juan Linz e Alfred Stephan em *A Transição e Consolidação da Democracia: A experiência do Sul da Europa e da América do Sul*. Mas esta é uma análise comum a literatura que trata da democratização no cone sul onde a saída do poder influencia na retenção de prerrogativas militares.

⁴ COUTO,1995, p. 179.

Esses dois tipos de cenário (o Argentino e o Brasileiro e as variações entre eles - Uruguaio e Chileno respectivamente) influenciaram o estudo das relações civis militares do Brasil e do resto da América Latina. Não é por acaso que mudar o foco de análise de democratização para elaboração de política de defesa seja tão difícil. As prerrogativas que autores como Zaverucha, Stephan e Fitch identificam continuam e avanços são pouco visíveis.

Por exemplo Zaverucha ao analisar as relações entre civis e militares dá ênfase aos seguintes critérios: a forte pressão militar na definição de suas atribuições constitucionais; a simbiose entre segurança pública e segurança nacional; o ministério da defesa como "*despachante dos interesses das Forças armadas*"; e o status de ministro dos Chefes Militares, sem contar com a autonomia dos sistemas judiciais militar⁵ e a larga ingerência em inteligência pelos militares, que não só tem acesso a estrutura a priori civil de inteligência brasileira, como mantém a autonomia do seu próprio sistema⁶.

Já Stephan procura identificar as prerrogativas que "*os militares como instituição creem que têm direito adquirido ou privilégio...para exercer controle sobre seu governo interno, ter papel sobre áreas não militares do Estado ou até estruturar relacionamentos entre o Estado e a sociedade civil ou a classe política*"⁷. Assim sendo, ganha importância em sua análise das relações civis militares o papel dos militares no sistema político, sua relação com o chefe de governo, a coordenação do setor de defesa, papel de funcionários públicos na definição de políticas de defesa (as duas últimas questões tradicionais das relações civis militares), quantidade de ministros militares, papel militar na inteligência, papel na polícia definindo promoções, papel em estatais e a posse de sistema judicial autônomo⁸.

Os critérios detalhados desses dois autores são recorrentes na literatura. O interesse final é discutir o grau de democratização brasileira e não necessariamente como é feito o nosso planejamento de defesa nacional. No máximo discute-se o grau de autonomia dos militares aos civis com o intuito de estabelecer a segurança do processo democrático. Como exemplo, Fitch divide seus tipos de controle civil

⁵ Zaverucha, 2005, pp.247-251

⁶ Idem, pg 166

⁷ Stephan, 1988, pp.93. Tradução do Original inglês para o português feita por mim.

⁸ Idem, pp. 94 - 97

com as seguintes palavras: *Full e Partial Democratic Control*, ou seja controle democrático **completo ou parcial**⁹. A importância desses dois advérbios de modo é derivado da meta que eles dão a sua pesquisa: a auferição da segurança da democracia perante as forças armadas (ou seu grau de controle). O mesmo segue com seu modelo de *Conditional (condicionado)* ou *Consolidated (consolidado) Democratic Control*¹⁰ em oposição ao clássico huntingtoniano de controle civil Objetivo ou Subjetivo¹¹. Note-se o não uso da palavra democrático.

A Questão do Ministério da Defesa

A análise do processo de construção do Ministério da Defesa esbarra nas mesmas prerrogativas com que tratam Zaverucha, Stephan, Fitch e outros na medida em que a vontade militar de permanecer autônomo dentro do estado têm que ser considerada. A existência desse ministério, que junto com a Constituição, é considerado pelos militares e alguns autores como prova da força do controle civil¹², não é o emplasto Brás Cubas que se imagina a primeira mão. Serve a princípio no sentido de avanço democrático com a queda de prerrogativas militares, mas pouco como maneira de instigar o controle civil na definição de políticas de defesa. Como afirma o próprio Fernando Henrique Cardoso os militares esperam que o ministério "*defenda os interesses deles*"¹³. Isso aliado aos poucos civis dentro dele leva a que Saliés afirma ser natural que "*o interesse dele (o Ministério da Defesa) passe pelos interesses corporativos e pessoais das Forças Armadas*"¹⁴. A autonomia militar permanece na definição de hipóteses de emprego e renovação de doutrina com alguma influência civil e não o seu controle.

Por legislação (Decreto número 3.466/00, artigo 37) as diretorias e secretarias do ministério podem ser ocupadas por civis funcionários públicos (exetua-se o cargo de ministro), sendo que apenas um normalmente, é o de chefe de Gabinete do Ministro. Dentro de sua estrutura a grande maioria dos servidores são militares da ativa ou da reserva ali designados. Logo, as políticas desenvolvidas dentro do

⁹ Fitch, 1998, p. 41

¹⁰ Idem, p.40

¹¹ Huntington, 1953, p.83

¹² Por exemplo Geraldo Cavagnari e o Eliezar Rizzo de Oliveira

¹³ Oliveira, E.R., 2005, p.452

¹⁴ Saliés, 2009, p.44

ministério e qualquer tipo de renovação de doutrina das forças armadas estará sob pesada influência castrense. Essa influência está sob o marco dos interesses do país percebidos como concomitantes do interesse militar. Além disso, permite aos militares manterem seus "*enclaves de autonomia*", tendo "*medidas de contenção ao controle civil*"¹⁵. Isso é apenas fortalecido pelo sentimento militar de ser "*um poder autônomo mais que componente militar do poder público*"¹⁶

Isso deriva de uma longa missão atribuída a si mesmo pelos militares para desenvolverem esse país para poderem melhor defender ele. Carvalho identifica em Juarez Távora (um expoente do Tenentismo e do Golpe de 64) alguma parte dessa missão, a industrialização,¹⁷ sendo a parte que sobrevive até hoje através do Plano de Defesa Nacional e da Estratégia de Defesa Nacional ambos com grande patrocínio (e apenas possíveis) após a constituição do Ministério da Defesa. Mas, esse sentimento é prévio até ao Juarez Távora. McCann põe como definidor a ausência de materiais e armamentos próprios durante a Primeira Guerra Mundial e que "*o desejo dos militares de libertar-se da dependência de importações levou-os a buscar fontes de ferro e aço*". Ou seja, para se armar o oficialato descobriu que teria que ter um Brasil industrializado, "*o país não conseguiu preparar-se para a guerra sem antes criar uma indústria siderúrgica nacional*" era a mensagem dos editores pró reforma de A Defesa Nacional¹⁸.

O problema das discussões de prerrogativas e desse tipo de pensamento doutrinário para a democracia já são bem tratados por diversos autores (entre os brasileiros destaca-se o Zaverucha, um dos mais críticos). Já o pensar a segurança nacional é pouco tratado. Seja por desinteresse da academia seja pela camuflagem que o Ministério da Defesa trouxe ao assunto. Esse ministério ao contrário do que deveria não tratou devidamente de incrementar a influência civil ao pensar a defesa nacional. Programas como a Política de Defesa Nacional seguem generalidades de interesses que tanto surgiam na década de 20 dentro do Exército e explicitados por

¹⁵ Hoepers, 2006, p.27

¹⁶ Oliveira, J.S, 2006

¹⁷ Carvalho, 2005, p.130

¹⁸ McCann, 2004, 241

oficiais ligados aos "Jovens Turcos" na revista *A Defesa Nacional*¹⁹ ou pelo Ministro da Guerra Gen. José Caetano Faria²⁰, quanto com os desenvolvimentistas da década de 50/60 no viés armamentista industrialista, mas que quando trata de questões de revisão estratégica continuam sendo pautadas pelas percepções de ameaça e interesses unicamente militares.

A Influência das Operações de Paz no Estudo das Relações Civis Militares

Uma das áreas que tem tido participação civil importante tanto na formulação doutrinária das forças armadas quanto na escolha de políticas de governo é a participação nas operações de paz pelo Brasil. Uma escolha que embora narrada como histórica com participações antigas em missões de paz (como o batalhão Suez na década de 50) deve ser olhada como uma participação cheia de observadores militares e duas participações de tropa significativa em uma operação de paz (Haiti e Suez)²¹. A escolha recente de participar da Minustah foi feita de uma maneira singular e abriu as portas para a participação brasileira em missões de intervenção humanitárias. Claro que a região da Minustah ajudou a convencer o governo brasileiro a cooperar, além de seu eterno projeto de projeção na América Latina e o cada vez mais forte projeto de ganhar um assento no conselho de segurança. As Forças Armadas também viram a oportunidade de se mostrarem úteis a sociedade e de projetarem o poder brasileiro no exterior. Mais que isso, após o início das operações no Haiti perceberam a oportunidade de ouro que a participação em operações como essa tem no teste e desenvolvimento da doutrina empregada em operações de garantia da lei e da ordem (uma das prerrogativas que a Constituição brasileira guarda para as Forças Armadas).²²

Porém academia tem tido um interesse renovado na pesquisa e no trabalho conjunto as forças armadas para melhor adestrar as tropas que seguem seu para o emprego pela ONU. Tanto Fuzileiros Navais como o exército procuram centros de excelência como a PUC-Rio quanto ONGs como a Viva Rio para fazerem melhor

¹⁹ Alves, 2005, 37-39. Inclui-se em nota de roda-pé lista dos colaboradores entre os quais: Humberto Castelo Branco, Orlando Geisel e Emílio Médici

²⁰ McCann, 2004, p. 240

²¹ Pessoalmente desconsidero a Republica Dominicana como uma força de paz já que foi uma intervenção feita por Marines e o 82nd Airborn division. Ambos linha de frente de qualquer ação militar americana que não seja intervenção humanitaria, tendo ou não apoio póstumo da OEA.

²² Saliés, 2009, p. 56

seu trabalho no Haiti. A preparação dos Fuzileiros Navais é tem uma boa participação civil direita a qual este autor já presenciou. Não só isso mas, junto a uma iniciativa do Ministério da Defesa, o PróDefesa organiza seminários que contam com especialistas nacionais e estrangeiros assim como membros das forças armadas para aperfeiçoar sua doutrina²³. O aperfeiçoamento e o adestramento, no caso dos fuzileiros navais deixou claro que novas normas identitárias estão sendo aceitas pelas forças armadas. Mais que isso o exemplo bem sucedido de compromisso em produzir manuais conjuntamente com PUC-Rio e UnB ao lado do ECEME (Escola de Estado Maior do Exército) é notável.

Esse seminário foi um sucesso com um amplo debate entre civis acadêmicos e de ONGs e militares tanto do Exército quanto da Marinha todos discutindo idéias e análises a cerca de questões táticas e estratégicas de Operações de Paz. Mais que isso penso, que seu sucesso ajudou a impulsionar algo ainda mais importante, o ciclo de Seminários Segurança Internacional: Perspectivas Brasileiras com uma inserção ainda maior da iniciativa privada e da academia Brasileira que vem ocorrendo desde de Março de 2010 tendo tido 5 seminários e faltando um em setembro de 2010. Esse ciclo é patrocinado diretamente pelo Ministério da Defesa que vem mudando sua atuação e começado a integrar cada vez mais a sociedade civil em debates sobre a segurança nacional (o que não ocorria muito antes da Minustah em 2005).

Uma das vantagens desse tipo de debate é que ele traz a tona incongruências em discursos ditos como absolutos por parte de nossas forças armadas e justificados pelo Ministério da Defesa, mesmo que seja por parte de civis que ali assumem um discurso muito próximo ao militar. Como disse o próprio Ministro da Defesa no Seminario que tratava sobre "A Circunstância Regional" do dia cinco de maio "*Queremos com esses debates pôr a mesa os nossos problemas*". Entende-se pedir que civis pensem com militares nossas vulnerabilidades, e posição estratégica. O mesmo movimento foi antecedido pela necessidade e das forças armadas de consultarem e usarem a academia para desenvolver melhor o adestramento e

²³ Primeiro Seminário em Operações de Paz Pró-Defesa

doutrina de operações de paz através de palestras, aulas ou até voluntariado de graduandos.

Um exemplo dessa abertura é o trabalho do professor Francisco Teixeira no seminário de 25 de março intitulado *O papel do poder militar no pós Guerra Fria*. Ele afirma que a única ameaça visível ao Brasil no futuro é por parte das potências ocidentais. E que nossa vulnerabilidade reside do Oiapoque a Bahia de São Marcos. É claro que ele se refere a uma ameaça estrangeira a Amazônia legal, o que daria justificção a um modo de dissuasão a uma força que seria marinha nos moldes da Força Tarefa britânica nas Malvinas. Ou seja, autoriza academicamente o investimento em projetos como o do submarino nuclear e de uma segunda frota da marinha. A resistência seria o plano B em caso de falha do plano A dissuasão. O irônico é que a análise ainda admite que o plano A tem chances de dar certo. Nenhuma força Brasileira hoje seria capaz de dissuasão a uma força tarefa de potências Ocidentais (a dissuasão em minha opinião é o plano B, e a chacina implicada nele). Mas é um discurso que é afinado com interesses da Marinha em reaparelhamento e do Exército com o risco amazônia.

Conclusão

Os autores ligados a democraticidade são prévios à Minustah e logo a seus efeitos. Embora o Zaverucha, o mais crítico de todos continuaria sustentando boa parte de suas observações sobre prerrogativas, pois elas continuam sendo sustentadas. Além disso, como ele mesmo já observou toda vez que algo desagrade os militares eles reagem e apenas acalmam quando o governo volta atrás. A recente ao Programa Nacional de Direitos Humanos e só foi debelada após o Ministro da Defesa intervir em nome dos militares. Nesse sentido a ênfase em democratização realmente parece ter sua validade perante a ênfase em segurança nacional da análise clássica de relações civis militares. Ainda assim, há andamento rumo a melhorias. O Governo Lula já aprovou nova lei que dá mais poder ao ministro (agora ele indica os comandantes das armas e define a lista de promoção a oficiais superiores), mas também reforça o foro privilegiado dos integrantes das Forças Armadas. O que importa é que as Forças Armadas perderam um pouco de sua autonomia. Porém, o Ministério da Defesa continua sem ter uma abertura a funcionários civis (i.e:

concurso publico para servidores especializados em Defesa) mantendo a predominância militar na renovação de doutrina e planejamento, e como visto por Saliés, documentos importantes do sistema de ensino continuam a informar-nos do sentimento de autonomia militar como no Manual Básico da ESG e monografias militares do ECEME²⁴.

Porém, a presença de altos oficiais no ciclo de palestras “Segurança Internacional”, tanto como ouvintes como palestrantes mostra uma abertura ao conhecimento civil e ao comando do direcionamento do Ministério da Defesa. A situação lembra uma atuação de relações civil militares desejável da forma pratica que é exemplificada de maneira imaginária por Cohen: que oficiais superiores militares sentem com analistas civis de dentro do ministério da defesa e funcionários de outros ministérios assim como eventuais enviados políticos e usem toda gama de argumentação e experiência prática/acadêmica que contêm para decidir um cenário de emprego e a melhor maneira de agir perante ele decidindo-se pelo emprego ou não.²⁵

O porém do porém é que nesse ciclo de palestras ninguém se propôs a pensar o modelo de decisão e planejamento que temos no Brasil. Assim como as Operações de Manutenção de Paz não forçam a reflexão sobre o muito que se aprende para atuar fora, e a noção prática atuando na Minustah é usado para organizar e aperfeiçoar a doutrina de Garantia da Lei e da Ordem (atribuição interna das Forças Armadas)²⁶. Ninguém pára para pensar quem tem a maior vantagem no planejamento estratégico-operacional de nossas Forças Armadas e quais são os objetivos deles. Será que são coerentes com as necessidades nacionais ou apenas as vontades corporativas? De certa forma isso é um erro do Ministério da Defesa, que quando convoca seminários sobre nossa Segurança Nacional relega essa discussão.

Assim sendo creio que as operações de paz tiveram ampla influência na formação de um debate sobre segurança no Brasil permitindo que se tornasse cada vez mais comum a inserção civil em áreas de defesa. Porém elas não tiveram força suficiente para mudar identidades de atuação das Forças Armadas que vêm

²⁴ Saliés, 2009, pp.54,55

²⁵ Cohen, 2009, pp.84-87

²⁶ Saliés, 2009, p.56,58

mantendo sua autonomia embora cada vez menos e mesmo que dentro do Ministério da Defesa. Além disso, as Operações de Paz nos permitem uma abertura para discutir assuntos outros que a democraticidade de nosso arranjo civil militar (embora a primeira tenha tanta se não mais importante a nossa vida política social e embora seja possível afirmar que elas servem justamente para isso). Elas também inserem valores de Direitos Humanos cada vez maiores nas forças armadas (altamente necessários para atuarem pela ONU e grande parte de seu adestramento). Com tudo isso em mente acho difícil dar valor positivo ou negativo aos efeitos de nossa participação em missões como a Minustah. Afinal ele são demasiadamente espalhados e interligados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Vágner Camilo. *Dos Apeninos à Coréia: O Processo Decisório da Participação Militar Brasileira em Dois Tempos*. Tese apresentada ao Instituto de Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção de grau de Doutor em Ciências Humanas: Ciências Políticas. ORIENTADORA: Lima, Maria Regina Soares de. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005

BASTOS, Augusto Costa. *A Evolução Da Preparação Operacional Das Tropas Brasileiras De Força De Paz De Moçambique Ao Haiti: Uma Constatação Histórico-Científica..* Rio de Janeiro: ECEME, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2005

McCann, Frank D. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro 1889-1937*. Tradução Laura Teixeira Motta, São Paulo: Companhia das Letras, 2007

COHEN, Raphael. *War Games: Civil Military Relations*. c.2030. *World Affairs*, March/April 2010 pp.78/89

COUTO, Ronaldo Costa. Tancredo: casos e acasos. Rio de Janeiro. Record, 1995. p. 179.

DREIFUSS, René Armand. *The Brazilian Armed Forces: Current changes, new challenges*. International Seminar Research Committee Armed Forces and Society International Political Science Association -IPSA Bucarest, Romenia

28.06.2002-03.07.2002. Disponível em <<http://www.nestbrasil.com/rest/page8/files/rested1-dreyfus.pdf>> Acesso dia 15/10/2009

FITCH, John Samuel. *The armed forces and democracy in Latin America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1998

HERZER, Roger Hamilton. *As Relações Entre Civis e Militares Com o Advento do Ministério Da Defesa e Da Política De Defesa Nacional: Como Sensibilizar a Sociedade Brasileira Para Os Assuntos De Defesa*. Rio de Janeiro: ECEME, 2006.

HOERPERS, Günter. *Contribuição Da Ciência Política Para as Relações Civis-Militares*. Rio de Janeiro: ECEME, 2006.

HUNTER, Wendy. *Eroding Military Influence in Brazil : Politicians Against Soldiers* . Chapel Hill, NC: The University of North Carolina Press, 1997.

HUNTINGTON, Samuel P. *The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil-Military Relations*. Cambridge: The Belknap Press of University of Harvard Press, 2008.

MARQUES, Adriana. A. . Segurança estatal, cultura estratégica e doutrina militar. In: D ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Samuel Alves; SVARTMAN, Eduardo. (Org.). *Defesa, Segurança Internacional e Forças Armadas II Encontro da ABED*. Campinas: Mercado das Letras, 2009, p.115 -136

NUNN, Frederick M. "Foreign Influences on the South American Military: Professionalization and Politicization." In: Patricio Silva(ed) *The Soldier and the State in South America: Essays in Civil-Military Relations*. New York: Palgrave, 2001. 13-37.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *Democracia e Defesa Nacional: a criação do Ministério da Defesa na presidência FHC*. Barueri: Manole, 2005

OLIVEIRA, Joaquim Silvano de. *Aumento da representatividade da classe militar no congresso nacional: uma saída para a defesa dos interesses das forças armadas*. Rio de Janeiro: ECEME, 2006

SALIÉS, Rafael Gastão, *O Efeito da Participação nas Operações de Paz Sobre as Relações Cívico-Militares: O Caso do Brasil e a MINUSTAH*. Monografia apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO) como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

ORIENTADOR: Kenkel, Kai, Rio de Janeiro: PUC-RIO 2009.

STEPAN, Alfred. . *Rethinking Military Politics: Brasil and the Southern Cone*. Princeton: Princeton University Press, 1988.

ZAVERUCHA, Jorge. *FHC, forças armadas e polícia, entre o autoritarismo e a democracia (1999-2002)*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

BRASIL, *Escola Superior De Guerra: Manual Básico, volume I*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra. 2008. Disponível em <<http://www.esg.br/uploads/2008/12/manual-basico-volume-1.pdf>> Acesso dia 11 de Dez. de 2009b

BRASIL, *Estratégia Nacional de Defesa*, Brasília: Ministério da Defesa, 2008